



<http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/>

**“Nós temos que romper com a lógica antropocêntrica e pensar na vida para além da vida humana” - Entrevista com Édson Kayapó**

Por: Emanuely Miranda [1]

Editora: Susana Dias [2]

*Em entrevista à Climacom, Édson Kayapó afirma que o reconhecimento das múltiplas formas de existir faz parte do currículo de escolas indígenas*

Desde a invasão dos portugueses, os modos de existir dos povos originários sofreram ataques nas formas de genocídios, ecocídios e epistemicídios. Essas violências, que se retroalimentam, atingem os indígenas desde o começo da vida. Nesse sentido, a escola se consagra como um espaço de afirmação e resistência. No entanto, não basta qualquer escola. Faz-se necessário prezar por uma educação que coloque as línguas e as cosmologias tradicionais em um lugar de respeito e protagonismo.

O historiador e pesquisador Édson Kayapó (doutor em Educação, História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) dedica-se a estudar e fomentar o desenvolvimento de escolas indígenas. Em entrevista à Climacom, ele fala a respeito, bem como lança um olhar histórico sobre o processo de colonização que seu deu em território brasileiro e enfatiza a importância de pensar a vida em todas as suas dimensões.

**Climacom: No artigo Os Karipuna do Amapá e a educação: tensões sociais e resistência na fronteira com a Guiana Francesa, você comenta sobre um sistema educacional diferenciado para a população indígena, que leva em conta tanto as línguas originárias quanto as cosmologias dos povos tradicionais. De que modo essa autonomia favorece a formação de crianças e adolescentes sensíveis às questões ambientais?**



**Édson Kayapó:** Quando os portugueses chegaram aqui no Brasil, não pediram licença e não dialogaram com os nossos povos. Muito pelo contrário! Fizeram um movimento de expropriação dos territórios. Realizaram por aqui um movimento de epistemicídio, considerando que as formas próprias de organização indígena e seus modos de pensar e de organizar as coisas eram inferiores. Na verdade, pensaram, inclusive, na ideia de que os indígenas eram inferiores como um todo: biologicamente e culturalmente inferiores. E, a partir daí, houve toda uma montagem de uma estrutura de imposição de uma nova língua, e de um novo modo de postura. Houve a imposição de um modelo educacional que não dialogava com as tradições dos nossos povos. Assim foi durante séculos. E esse processo, obviamente, não foi sem perdas. Elas foram muito grandes e muitas delas irreparáveis. Agora, a partir da década de 70, sobretudo, com a estruturação do movimento indígena nacional e a União das Nações Indígenas, naquele contexto da redemocratização do Brasil com o apoio das organizações parceiras, populares e democráticas, o movimento indígena, então, começou a pautar suas bandeiras coletivas, que eram: demarcação dos territórios originários; o respeito às línguas, às tradições e às cosmologias indígenas; um modelo educacional e pedagógico curricular que dialogasse com os conhecimentos, com os saberes indígenas. Esse diálogo, ao longo do tempo, tem se efetivado muito mais pelo esforço dos povos indígenas e dos educadores e educadoras e lideranças indígenas do que o esforço propriamente do Estado, porque o ele tem mobilizado muito pouca energia para realizar uma escola diferenciada (apesar do Estado ter aceitado o diálogo e esse aceite está postado, por exemplo, na legislação brasileira). Tanto a Constituição brasileira quanto a LDB e uma série de leis específicas pontuam muito bem essa escola diferenciada que deve fazer o diálogo intercultural entre saberes indígenas e outros conhecimentos. Só que, do ponto de vista do Estado, há pouco esforço para a realização dessa escola, desse modelo educacional. Nesse sentido, as próprias comunidades indígenas têm se debruçado para fazer acontecer esse formato educacional. Eu diria, sim, que a formação das crianças e adolescentes e da juventude indígena nas escolas brasileiras tem sido exatamente nesse rumo de as identidades e o pertencimento se fortalecerem para que os indígenas possam compreender a importância dos territórios tradicionais. Entender que os territórios originários são espaços cosmogônicos de produção e reprodução da vida. São jardins sagrados que nós recebemos dos nossos antepassados para cuidar aqui no tempo presente e cuidar não só para nós e nossas tradições, porque, obviamente, ter território demarcado é fundamental para a produção



e reprodução dos nossos modos próprios de pensar, de agir e de fazer, mas esses territórios, por outro lado, de maneira complementar, são fundamentais para a vida humana e não humana, para a humanidade como um todo, para todas as formas de vida. Uma vez que essas crianças, adolescentes e jovens aprendem sobre a importância de proteger e de respeitar a vida em todas as suas dimensões. Nesse sentido, os territórios originários demarcados, ou retomados, são espaços protegidos e uma proteção que é válida, enfim, para a humanidade como um todo e não só para a humanidade. Nós temos que romper com a lógica antropocêntrica e pensar na vida para além da vida humana. Obviamente que a vida humana tem essa importância fundamental, mas nós aprendemos e ensinamos que a vida das árvores, dos rios, das montanhas, dos animais são igualmente importantes. E isso está colocado dentro da escola, dentro do currículo das escolas indígenas. É nesse formato que pensamos e temos agido, buscando estabelecer e realizar nas escolas um currículo que tenha esse diálogo do respeito à vida. Inclusive para que nós possamos viver tranquilamente aqui no tempo presente e no futuro, não só nós indígenas, mas, enfim, a vida como um todo.

**Climacom: Ainda no artigo Os Karipuna do Amapá e a educação: tensões sociais e resistência na fronteira com a Guiana Francesa, há a seguinte declaração: “A educação na aldeia adota atividades que exigem a participação direta da coletividade geral (homens e mulheres) em reuniões para discutir e decidir sobre os problemas da aldeia”. O que essa percepção coletiva pode nos ensinar sobre o modo de encarar a mudança climática?**

**Édson Kayapó:** Os povos indígenas, os educadores e as lideranças têm realizado uma série de atividades e esforços para que se mantenham essas relações coletivas dentro das comunidades. A criança, desde muito pequena, convive ali com os mutirões para a limpeza das aldeias, para a produção agrícola, por exemplo, plantar, colher, construir casas, fazer alimentos. Muitas comunidades indígenas, como a comunidade do Mebengokré, por exemplo, o alimento, quase sempre, é coletivo. Feito, em grande medida, nas cozinhas coletivas. O tempo todo, nós nos deparamos, assim, com uma realidade em que a coletividade se efetiva na prática, não apenas no discurso. Nesse sentido, eu fico pensando que essa forma coletiva tem que ser resgatada junto às



demais comunidades e sociedades pelo mundo. Não só no Brasil. Assim, buscar um reencantamento e relações reencantadas que tenham como um dos fundamentos as relações coletivas, para pensarmos numa coisa que talvez seja mais ampla, que é a coletividade em termos de nossos compromissos com a casa, sabe? Com a casa como um todo. Estou falando de casa, assim, para nós, povos indígenas, a casa é a floresta. É a floresta com tudo que há nela, obviamente, não só as plantas e os vegetais, mas toda forma de vida, inclusive nossas próprias vidas. Essa coletividade tem que existir e tem que se realizar nesse formato em que a coletividade seja fundamental para produzirmos e construirmos um bem viver no cotidiano, das coisas imediatas: comer, construir casa, construir roça, colher, plantar, limpar as áreas... São coisas, eu diria, cotidianas e imediatas, mas devemos pensar também uma coletividade no sentido de garantirmos ações e práticas de duração mais longa, como, por exemplo, cuidar da floresta, cuidar dos animais, cuidar das fontes de água. Nesse sentido, essas ações coletivas têm que se dar no campo dos diálogos, das pessoas realizarem encontros, rodas de conversas e diálogos envolvendo diversas partes da sociedade, como a escola, as universidades, os centros de pesquisas, as instituições governamentais e não governamentais, os diversos grupos que compõem a sociedade, o próprio Estado nas diversas representações mundiais sentarem e dialogarem com sinceridade em favor de uma análise crítica do projeto de progresso humano, que deu errado, porque esse projeto de progresso humano num mundo moderno está evidentemente equivocado. Daí pensar, a partir dessa crítica, sobre as alternativas, e entre as alternativas, obviamente, está o compromisso em protegermos os biomas, os ecossistemas e a vida em todas as suas dimensões. Eu penso que a proposta de coletividade é uma exigência para que possamos juntos, a humanidade como um todo, garantir uma tranquilidade aqui no tempo presente e para as futuras gerações. E para a reprodução tranquila da vida no planeta.

**Climacom: Em *A Diversidade Sociocultural dos Povos Indígenas no Brasil: O Que a Escola Tem a Ver com Isso?*, você escreve: “A problemática indígena no Brasil teve início com a chegada dos portugueses em 1500 e a sucessiva política de desestruturação das tradicionais formas de organização dos povos originários, o que significou a imposição de novas regras para o funcionamento da vida comunitária e o extermínio de centenas de povos, línguas e**



**conhecimentos, em nome da religião, da civilização e da unidade nacional". Desde então, deflagrou-se o genocídio e o ecocídio. Como você vê a relação entre ambos?**

**Édson Kayapó:** Nós vemos então uma situação em que genocídio e ecocídio têm andado de mãos dadas por aqui, pela América e particularmente no Brasil. O projeto colonizador estabeleceu uma relação muito próxima e quase sem fronteira, uma fronteira muito tênue, entre ecocídio e genocídio. A violência se deu nos dois campos ao mesmo tempo, porque os colonizadores se debruçaram em exterminar povos e aldeias em um período muito curto de tempo através de guerras armadas contra aqueles que não aceitaram as ordens da coroa portuguesa e não aceitaram a fé cristã, ao mesmo tempo em que se promoveu por aqui guerras bacteriológicas (talvez uma das primeiras guerras bacteriológicas da história humana) pelas contaminações, promovendo epidemias de sarampo, de febre amarela e de gripe que exterminaram tanta gente. Junto a tudo isso, se deu essa política de ecocídio: as florestas sendo devastadas e derrubadas em nome do progresso. A madeira sendo levada. Tem uma descrição de Jean de Léry (da segunda metade do século XVI) em que ele fala de um diálogo, de uma liderança de um ancião Tupinambá que assistia os colonizadores levando uma madeira, o pau brasil. Ele assustou com aquilo e chamou um trabalhador português que transportava madeira e perguntou se lá na terra deles não tinha madeira para fazer fogueira, para aquecer as pessoas. Ele levou um susto com aquela quantidade de madeira sendo carregada. Essa fala é muito significativa. É um diálogo longo, mas ela é muito significativa por vários motivos. Um deles é que o ancião se assustou com algo que ele nunca tinha visto antes, que era uma extração exagerada de madeira, mas ao mesmo tempo demonstrando uma forma, eu diria até ingênua, de perceber o projeto capitalista e famigerado que promove o ecocídio. Porque o que estava acontecendo efetivamente ali era exatamente o desenvolvimento de uma ação ecocida. A floresta sendo levada para a produção de madeira, para a produção de tintura e para a produção de uma série de outros bens. O capitalismo, o lucro acima de tudo. O desenvolvimento capitalista irracional, que já estava se dando ali na sua primeira forma, no seu primeiro formato. Veja só que o ecocídio inevitavelmente gera o genocídio. Afinal de contas, à medida que as florestas e os biomas estão sendo devastados, junto com a devastação dos biomas está a devastação da vida. Os indígenas são exterminados, caçados e executados dentro



desses territórios, à medida que esses territórios são expropriados. Mas não é só isso. Os indígenas vão perdendo as suas tradições, as suas formas próprias de organização e de concepção do mundo, porque os seus territórios originários estão absolutamente devastados. E expropriados. São dois movimentos paralelos e convergentes, eu vou dizer assim: genocídio e ecocídio. Vamos ver historicamente que desde o século XVI, à medida que os territórios indígenas são invadidos, expropriados e destruídos, os povos indígenas, junto com esse território destruído, também vai sendo consumido. São movimentos complementares aos dois.

**Climacom:** Conforme enfatiza Gonzaga (2022), os povos indígenas não estão em extinção e tampouco podem ser reduzidos a romantizações generalizadas. Nesse sentido, no artigo já citado, você declara: “Para avançarmos no debate, é necessário que tenhamos clareza sobre a identidade desses sujeitos que a sociedade, a escola e o Estado têm apelidado genericamente de índio. Portanto, é necessário conhecer quem são os povos indígenas, quantos são, onde vivem e como se relacionam com o Estado atualmente. A partir daí, é possível e necessário voltar os olhos para o passado em busca de outras histórias que a historiografia e a escola negaram”. De que modo o reconhecimento dos modos de existir das populações tradicionais foram negados e quais seriam os caminhos para reafirmá-los?

**Édson Kayapó:** Eu diria que o reconhecimento dos modos de existir das populações indígenas foram negados pela escola, pelo Estado e pelos demais espaços sociais desde a chegada dos portugueses. Os portugueses não buscaram em nenhum momento no processo colonizador dialogar efetivamente com os direitos desses povos, que são os direitos originários. Nós vamos ter algumas mascarações de diálogos, como o que aconteceu, por exemplo, no século XVIII. O Marquês de Pombal, o primeiro ministro da coroa portuguesa do rei Dom José I, chegou por aqui, na Colônia, com um discurso de que todos os indígenas seriam transformados em cidadãos da coroa portuguesa, através de uma política chamada Diretório dos Índios, que muitos historiadores chamam de “a doutrina do índio cidadão”, trazida pelos portugueses. Num primeiro momento é interessante pensar que a coroa portuguesa estava dizendo que iria transformar todos os indígenas em cidadãos. Mas o que é exatamente a cidadania? Bom, dos artigos ali do Diretório dos



Índios, havia um que dizia que todo cidadão da coroa portuguesa fala a língua portuguesa. E, portanto, estava proibido falar, por exemplo, Nheengatú ou outras línguas originárias. Obrigatoriamente, todos falariam a língua portuguesa. Dizia ali na legislação que todo indígena seria treinado e educado para o mundo do trabalho, para o trabalho manual. O Diretório dos Índios, o documento, estava estabelecendo que os indígenas estavam enquadrados no modo de produção capitalista. Estava ali também dizendo, no Diretório dos Índios, que as pessoas civilizadas deveriam viver dentro de vilas, que serão construídas especificamente para os indígenas viverem ali numa vida de cidadão. Bom, as vilas construídas com casas compartimentadas, não mais em formato de oca: casas avizinhas com ruas. E as terras que originalmente eram indígenas deixarão de ser. Os indígenas deverão abandonar seus territórios originários para viver dentro de vilas. Esses territórios originários, onde os indígenas viviam, deveriam ser abandonados e entregues para quem produz. Vamos assim, ironicamente, chamar esses grupos que produzem (eu estou me reportando ao século XVIII), de senhores do agronegócio. Senhores do agronegócio que historicamente estão postos. Lá no século XVI, eles eram os donos das capitânicas hereditárias, os senhores donatários, que vão ao longo do tempo modificando a nomenclatura e até o formato de organização da produção. No final do século XIX e início do século XX, eram os coronéis, especialmente produtores de café, que hoje em dia são os senhores do agronegócio. O Bernardo Manzano, que é um grande pesquisador, geógrafo e pesquisador das questões do campo no Brasil, nos diz exatamente isso, sabe? Que agronegócio é uma categoria de análise extremamente ideológica e que, no final das contas, traz historicamente as desigualdades sociais, a exploração do trabalho, a reprodução do latifúndio, a expropriação de territórios de povos indígenas e o extermínio da vida em todas as suas dimensões. Vejam só que, historicamente, voltando para a questão, os direitos indígenas são negados em vários espaços. E quando o Estado diz que não é uma negação de direitos e diz que é uma afirmação de direitos, continua sendo assim mesmo uma política genocida, epistemicida e ecocida. Nós vamos, então, ver que essa situação vai se reproduzir ao longo do tempo. A escola não vai dialogar com os povos indígenas, nem o Estado. O Estado brasileiro surgido ali no 7 de setembro de 1822 vai fazer o indígena desaparecer, sabe? O Estado que surge ali está dando o recado muito evidente que não há espaço para a diversidade sociolinguística e cosmológica dos povos indígenas. Nós vamos ver, por exemplo, que nas duas primeiras constituições brasileiras, a de 1824 e depois a de 1891, não fazem nenhuma referência



aos povos indígenas, o que, na minha opinião, sinaliza diretamente para o fato de que o Estado brasileiro está dizendo sobre o não diálogo com esses povos. Mas não só a constituição, a própria ciência, no final do século XIX e início do século XX, está falando dos indígenas que serão extintos inevitavelmente. Francisco Van Hagen, que foi o mais célebre pensador, pesquisador e intelectual do Brasil no final do século XIX, estava dizendo lá de dentro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que o indígena seria extinto por sua incapacidade de acompanhar o progresso nacional. Os pensadores mais afoitos diziam que o último indígena viveria até o ano 2000. Foram implantadas escolas a partir da criação do Serviço de Proteção ao Índio em 1910, quando o Estado brasileiro, pressionado pelos direitos internacionais, decidiu criar uma Agência de Proteção aos Índios, como eles se chamavam, SPI. Essa agência criou a Política da Tutela. Determinou que o indígena era relativamente capaz. Transformou o indígena em um ser órfão e o SPI passou a ser o pai dessa criança órfã. Criou-se, a partir daí, a Política da Integração. O indígena que seria integrado ao seio da nação brasileira. O indígena que seria ensinado a ser brasileiro e deixaria de ter esses pertencimentos específicos indígenas. A escola criada para os povos indígenas foi organizada exatamente nessa perspectiva. Uma perspectiva integradora e epistemicida, obviamente. Dentro desses espaços sociais, foram negados os direitos dos nossos povos. A legislação brasileira foi negando a existência dos povos indígenas. A ciência defendia a tese da extinção inexorável. Enquanto que a literatura e as artes do romantismo, especialmente o romantismo de José de Alencar, falava do indígena bonito, doce e domesticado que não apresentava resistência contra a força colonizadora. Havia uma orquestra tocando sobre o extermínio. E depois, no momento seguinte, o Estado brasileiro falando sobre a proteção dos povos indígenas dentro de uma política de tutela e integração dos indígenas à comunhão nacional. Toda essa negativa de direitos, essa violação de direitos sistemáticos, porque genocídio e violação de direitos é um projeto histórico que está posto. Nesse sentido, vamos perceber na história das brechas de resistência. Os povos indígenas, ao mesmo tempo que são povos historicamente massacrados pelo genocídio, que sofrem a força do ecocídio contra as suas tradições e modos próprios de organização, também são povos de resistência, de reexistência. Os povos indígenas insistem em manter as suas organizações, as suas línguas, as suas cosmologias que acreditam na importância da vida em todas as suas dimensões. Aí está a importância de demarcar os territórios originários, para que dentro desses territórios haja segurança, garantia da preservação da vida. Eu



acho que é nesse sentido que os povos indígenas têm atuado: no sentido de construir e estabelecer caminhos que reafirmem seus direitos. Entre os seus direitos está o direito ao território originário, que é um direito que dialoga com políticas, eu diria assim, de respeito às florestas, aos rios, aos animais, aos pássaros, aos peixes, ao ar. A reafirmação dos direitos se dá na luta do próprio movimento indígena, obviamente que dialogando com seus aliados e parceiros e parceiras que são os movimentos populares e democráticos que se dão por dentro da academia, por exemplo, das universidades, de outras diversas instituições e de muitos agentes também do Estado que têm se empenhado para estar do nosso lado. Ultimamente, os povos indígenas conquistaram a criação do Ministério dos Povos Originários. Foi um passo fundamental para a conquista e para a reafirmação de direitos. Hoje em dia, os povos indígenas estão formalizando, criando e fortalecendo as escolas interculturais e a educação escolar indígena intercultural, bilíngue, comunitária, específica e sustentável que forma pessoas responsáveis pelo fortalecimento e valorização das nossas tradições e pelo respeito à vida e pela proteção da floresta e tudo que nela há.

---

[1] Mestra em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), jornalista da *ClimaCom*, bolsista TT Fapesp no projeto INCT-Mudanças Climáticas Fase 2 financiado pelo CNPq (465501/2014-1), FAPESP (2014/50848-9) e CAPES (16/2014), sob orientação de Susana Dias. Integra o coletivo e grupo de Pesquisa | multiTÃO: prolifer-artes sub-vertendo ciências, educações e comunicações (CNPq). Email: emanuelymiranda.em@gmail.com